



**Entrevista exclusiva, concedida por escrito pelo Presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal Folha de Londrina, Paraná**

Publicada em 12 de março de 2010

Jornalista: O pré-candidato ao governo do Paraná, senador Osmar Dias (PDT), tem se manifestado reticente em relação à aliança com o PT, especialmente depois do rompimento entre petistas e o governador Roberto Requião (PMDB). Diante disso o senhor mantém o apoio à consolidação da aliança do PT com o PDT paranaense?

Presidente: Tenho grande admiração pelo companheiro Osmar Dias e, é claro, mantenho o apoio à aliança do PT com o PDT no Paraná. Temos feito um esforço de juntar todos os partidos da base aliada num palanque único em cada Estado. Lembro, inclusive, que o PDT já declarou apoio à candidatura da ministra Dilma Rousseff. Assim, continuaremos a conversar com os partidos da base aliada no Paraná para a consolidação dessa aliança que, do meu ponto de vista, torna os partidos mais fortes e fortalece também a candidatura à Presidência da ministra Dilma. Eu sei perfeitamente que nem sempre é possível realizar nosso desejo, que é o de juntar no mesmo barco todo mundo que a gente respeita e admira. Às vezes, as realidades locais e o histórico de disputas passadas ou presentes falam mais alto. Mas ainda temos pela frente um tempo razoável para discussões, negociações e, se depender da minha torcida, vamos, sim, construir um palanque único aqui no Paraná e assim contribuir para mantermos as mesmas diretrizes políticas que estão mudando a cara do nosso país.



Jornalista: Os vários programas sociais, criados ou ampliados durante o seu governo, têm sido tachados de bolsa esmola pela oposição e de ter um suposto cunho eleitoral. Como o senhor analisa a questão?

Presidente: Quem acha que o Bolsa Família é uma bolsa esmola deveria propor o fim do programa. Os que pensam assim não têm a menor noção da diferença que faz um benefício mensal médio de R\$ 94,00 e máximo de R\$ 200,00 para a população mais pobre do país. Esse tipo de acusação é feito geralmente por pessoas que volta e meia gastam esses valores numa simples noitada num restaurante. Antigamente, para muitos governantes, era como se a parcela pobre da sociedade não existisse ou fosse invisível. Em nosso governo, ao ter esses valores garantidos todo mês, as famílias conseguem planejar seu orçamento, alimentar melhor seus filhos, comprar material escolar e até outros produtos, como geladeira e máquina de lavar roupa, o que antes era impensável. E o governo monitora a agenda de saúde e a frequência escolar dos filhos das famílias beneficiadas, para garantir que tenham melhores condições de vida do que tiveram seus pais. Além disso, os beneficiários não guardam nem aplicam o que recebem, gastando imediatamente. Com isso, movimentam o pequeno comércio, que compra do grande, que demanda a indústria e a agropecuária, o que faz girar a roda de toda a economia. O Bolsa Família, juntamente com os aumentos reais do salário mínimo e o microcrédito, fortaleceu como nunca o mercado interno, o que nos permitiu superar com rapidez e com o mínimo prejuízo a crise financeira internacional. Quanto ao suposto cunho eleitoral do programa, só há uma maneira de evitar essa acusação dos nossos adversários: cruzar os braços e deixar de olhar para os mais pobres. E isso nós jamais vamos fazer. Abrir caminho para que essa parcela da população conquiste os direitos de cidadania é uma das nossas prioridades. É bom lembrar também que os cadastros dos beneficiários são feitos pelas prefeituras (comandadas por todos os partidos) e o pagamento é



feito via cartão eletrônico. O sistema é elogiado lá fora e copiado por vários países em todo o mundo. Toda família com renda de até R\$ 140,00 por pessoa, independentemente de votar com a situação ou com a oposição, tem direito ao benefício.

Jornalista: Outra reclamação feita pelos seus opositores é com relação às viagens ao Exterior. Alguns consideram que boa parte delas seria desnecessária. Como o senhor avalia o papel desempenhado pelo Brasil no relacionamento com outros países?

Presidente: Ao longo do meu Governo, vem crescendo de forma marcante a importância do Brasil no cenário internacional, o que nos levou a diversificar e aprofundar nosso relacionamento com outros países. Além de termos fortalecido as relações com os nossos vizinhos da América do Sul e com os nossos parceiros tradicionais, os países Europeus e da América do Norte, criamos novos laços com regiões que recebiam pouca atenção da nossa política externa: a África, a América Central, o Caribe, a Ásia e o Oriente Médio. Fiz questão de estreitar essas relações por meio de contatos diretos, visitando pessoalmente nossos parceiros. O resultado é que hoje o Brasil ocupa posição de relevo na cena internacional, fato que se reflete no interesse crescente e inédito que organizações internacionais e países das mais diversas regiões têm demonstrado pelo Brasil. Além disso, eu me faço acompanhar frequentemente por delegações empresariais que ajudam a fazer o comércio internacional do Brasil crescer a níveis jamais vistos, graças à descoberta de oportunidades em locais antes ignorados pelas nossas empresas. O fato concreto é que, como fruto do nosso esforço, o comércio com várias regiões cresceu de maneira excepcional. O comércio com o Oriente Médio foi de US\$ 4,4 bilhões, em 2003, para US\$ 14,3 bilhões, em 2008 (aumento de 322%). Com a América Latina e o Caribe, o comércio subiu de US\$ 23,3 bilhões, em



2003, para US\$ 79,7 bilhões, em 2008 (aumento de 342%). Com a Ásia, excluindo o Oriente Médio, o comércio passou de US\$ 20,6 bilhões, em 2003, para US\$ 84,6 bilhões, em 2008 (crescimento de 410%). E com a África, fomos de US\$ 6,2 bilhões, em 2003, para US\$ 25,9 bilhões, em 2008 (aumento de nada menos que 421%). Essa explosão do comércio exterior só foi possível pelos contatos freqüentes que mantemos com esses países, o que nos permitiu tornar nossa economia ainda mais sólida e resistente.

Jornalista: No ano passado, o Brasil emprestou US\$ 10 bilhões ao FMI e tornou-se pela primeira vez na história credor da instituição internacional. O seu governo perdoou ainda dívidas de alguns países e doou dinheiro a Cuba, El Salvador e Haiti e agora pede autorização ao Senado para doar R\$ 25 milhões à Autoridade Nacional Palestina. O Brasil, finalmente, entrou no rol dos países ricos?

Presidente: Inicialmente, quero esclarecer que o empréstimo do Brasil ao FMI foi, na verdade, de US\$ 14 bilhões. Nosso país, graças aos bons resultados colhidos a partir de políticas econômicas, sociais e de desenvolvimento, que estão gerando crescimento econômico e mudando a realidade econômica e a realidade das pessoas, entrou, sim, no rol dos países que estão emergindo na cena internacional. Com isso, tem hoje um peso relativo maior no mundo, uma voz mais forte, e também maiores responsabilidades. Responsabilidades, inclusive, para com países mais carentes, onde existem situações de pobreza extrema, e países afetados por desastres naturais ou por conflitos. Não se trata de uma questão de vaidade nacional, trata-se de assumir as responsabilidades que nos cabem nas relações internacionais. Quanto aos perdões de dívidas, são quase sempre acordados em conjunto pelos países credores. Não são medidas isoladas. Elas só são tomadas quando é praticamente impossível a



solução por outra via. E cada perdão, no caso do Brasil, é submetido à aprovação do Senado Federal.

Jornalista: Se no setor econômico o Brasil vai bem, como o senhor próprio reconheceu ao afirmar que a crise financeira internacional "era uma marolinha", e de fato, nosso país sofreu os efeitos em menor escala, por que o setor educacional brasileiro ainda não atingiu o mesmo patamar da nossa economia?

Presidente: O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a investir na educação pública. Pode-se dizer que o país somente criou metas de universalização a partir da Constituinte de 88. Nossa primeira universidade é da década de 1930. Portanto, temos uma dívida educacional gigantesca para resgatar. Com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que agora em abril completa três anos, estamos tratando de conquistar a qualidade na educação. Afinal, não basta assegurarmos que 98% das crianças estejam na escola. É importante que elas aprendam e bem. Segundo indicadores do MEC, nós estamos evoluindo – o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos primeiros anos do ensino fundamental cresceu de 3,8 em 2005 para 4,2 em 2007. Nossa meta é chegar a 2022 com o índice 6,0, que é a média dos países desenvolvidos. Agora em maio saberemos o índice de avaliação de 2009. Para atingir este objetivo estão sendo desenvolvidas 42 ações, da creche à pós-graduação. Além disso, o orçamento da Educação, no meu governo, passou de R\$ 20 bilhões em 2003 para R\$ 60 bilhões em 2010, incluindo aí o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e o salário-educação. Com isso, estamos podendo investir forte para recuperar o tempo perdido. Eu, que sou o primeiro presidente brasileiro sem curso superior, estou fazendo muito mais pela educação do que outros que tinham coleções de diplomas. Em meu governo, estamos criando 14 novas universidades e nada menos que 104 extensões universitárias. Já conseguimos dobrar o número de



vagas de entrada nas universidades federais, que passaram de 113 mil, em 2003, para 227 mil, em 2009. Pelo Prouni, criamos as condições para 596 mil jovens de famílias carentes cursarem gratuitamente faculdades particulares e, enquanto em toda a história do nosso país haviam sido criadas 140 escolas técnicas, nós estamos criando em apenas 8 anos de governo, mais 214. O problema é que, se a economia, como você diz, reage rapidamente, a educação precisa de mais tempo e de persistência.

(\$31DHKL)